



# Anais da Assembleia

N.º 101

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 093.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1984. (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeuro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio, Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dado regime de urgência à votação do Projeto de Lei n.º 260/84.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja dado preferência de votação aos Projetos de Lei n.º 220/84 que versa sobre autorização de Cr\$ 2.351.000.000 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões de cruzeiros)

destinados a atender despesas com outros custeios e obras e instalações do Tribunal de Justiça no corrente exercício e 221/84 que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais para a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e IPE. nos valores de Cr\$ 6.950.000.000 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 20.328.000.000 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros) respectivamente.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja dado preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 231/84, de autoria do Poder Executivo que o autoriza a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao orçamento atual da Assembleia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações e 234/84, também de autoria do Poder Executivo que o autoriza abrir créditos especiais que alteram os orçamentos da PARANATUR, DIOE e TECPAR, nos valores de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) e Cr\$ 1.050.000.000 (hum bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros) respectivamente.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Leizor Saul, ocorrido nesta Capital, no dia 07 último. O homenageado era pai do DR. SAUL RAIZ ex-candidato ao Governo do Estado do Paraná, e homem público com uma folha de relevantes serviços ao Estado. REQUER, outrossim, que a família seja cientificada do teor do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem em nossa Capital, do Senhor Leônidas da Silva, cujo corpo está sendo velado na Capela do Cemitério da Água Verde.

O extinto era cidadão probo e honesto, deixando 5 filhos: Maria Alba Mendes Silva, funcionária aposentada do Poder Judiciário; Leônidas Mendes Silva, Juiz de Direito da Comarca de Ponta Grossa; Alceu Mendes Silva - Advogado; Hernani Mendes Silva - Juiz de Direito da Comarca de Ponta Grossa e René Mendes

Silva - industrial. Seu desaparecimento veio a consternar toda a cidade de Curitiba.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 7 do corrente, na cidade de Lunardelli, do Senhor Irineu Bastos de Oliveira.

Tal passamento vem contestar a comunidade de Lunardelli, tendo em vista ser o extinto pessoa das mais conceituadas naquela região, tendo sido inclusive um dos fundadores daquela progressista cidade de nosso Estado. Progenitor do conceituado comerciante de Lunardelli, Senhor Hildebrando Bastos, seu desaparecimento traz lacuna irreparável.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GUILHERME FRANCISCONI, na cidade de Jardim Alegre, onde residia há muitos anos, tendo sido um dos pioneiros e fundadores.

REQUER, ainda que do presente, se dê ciência ao Senhor ANTÔNIO CARLOS FRANCISCONI, residente à Rua Pio XII, n.º 457, na cidade de Jardim Alegre, Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações à Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, pelo transcurso de 80 anos da inauguração do seu representativo Templo, construído sob a profícua liderança do saudoso Rev. Dr. Sátiles de Amaral Camargo, localizado à rua do Rosário em Curitiba, solenemente comemorado no último dia 6.

Durante este longo tempo, a referida Casa dedicou-se à obra de divulgação e prática de princípios bíblicos, tem sido local de notáveis experiências vividas por elevado número de pessoas.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão do Plenário, à Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, dinamicamente conduzida agora pelo Rev. Carlos Meier.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o o Plenário, a aprovação de um voto de congratulação pela passagem do 25.º Aniversário do "LAR DA ACADÊMICA DE CURITIBA", transcorrido no dia 29 de setembro de 1984. REQUER, ainda, que do presente, se dê ciência às moradoras do LAC, Rua Doutor Salvador de Maio, 151 (Capanema), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações ao Senhor AUGUSTINHO ZUCCHI, pela sua eleição como Presidente da Casa do Estudante Luterano Universitário de Curitiba.

REQUEIRO, outrossim, seja extensivo o referido voto de congratulações aos demais membros componentes da Diretoria e Conselho Fiscal.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a aprovação de voto de regozijo ao Senhor JOÃO MURARO, que no dia 01 de setembro de 1984, completou 70 (setenta) anos de trabalhos ligados ao MEIO RURAL.

REQUER, ainda, que se dê ciência do presente, ao homenageado Senhor JOÃO MURARO, à Av. Sergipe n.º 4.325, Sindicato Rural de Ivaiporã, 86.870, Ivaiporã, Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Senhor JOÃO MURARO é uma dessas poucas pessoas maravilhosas que podemos encontrar no caminho de nossa existência.

No dia 01/09/1914, na cidade paulista de Ipaçu, iniciou suas atividades como trabalhador rural, trabalhando ao lado de seu pai nas lavouras de café que o mesmo administrava.

De lá para cá, nunca mais abandonou o meio rural tendo a ele se dedicado com amor e afeição e dele tirado o sustento de sua família.

Hoje possui propriedades em Ivaiporã, Jardim Alegre e Cândido de Abreu, municípios que ajudou a desbravar juntamente com seus irmãos, filhos e netos. Em que pese seus 82 (oitenta e dois) anos de vida, é normal encontrar o Senhor JOÃO MURARO cuidando das lavouras e do gado existente em suas propriedades.

Pessoa humilde, humano e de bom coração, sempre está disposto e propenso a ajudar as pessoas que o procuram. Atualmente o Senhor JOÃO MURARO ocupa o cargo de Presidente do Sindicato Rural de Ivaiporã, o qual ajudou a fundar, tendo anteriormente ocupado outros postos. Exerceu, também, o cargo de Vereador Municipal de Ivaiporã, além de ser líder cooperativista.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, voto de regozijo pela inauguração da Igreja do Nazareno, inauguração do belíssimo templo em Curitiba, à av. Presidente Kennedy n.º 1715, ocorrido no dia 06 transato.

Na solenidade inaugural ressaltaram-se as participações do Rev. J. Elton Wood, proferindo a mensagem oficial, o pioneiro da obra em Curitiba, Rev. B. Rex Ludwig formalizando a Ato de Dedicação e o atual líder espiritual da comunidade, Rev. Eloi Moutinho, fazendo a oração de dedicação.

O acontecimento foi saudado, com muita satisfação, por compreendedores do seu importante significado para o aperfeiçoamento da sociedade humana.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão desta Casa à referida Igreja do Nazareno.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo à Associação Internacional de Lions Clubes, pelo transcurso do Dia Mundial do Serviço Leonístico.

REQUER, outrossim, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Distrito L-6, Mário de Mari dando ciência da decisão do douto Plenário, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A plenitude abrangida por essa valiosa Associação de âmbito internacional, muito se faz presente no Brasil, através de atividades proporcionadas por Clubes de Lions, coroadas de êxito, tais como:

- Construção de creches, asilos e escolas.
- Construção de casas a pessoas desabrigadas.
- Aplicação de recursos financeiros advindos da Fundação Internacional de Lions.
- Assistência patrocinada pela Fundação de Goiás a estabelecimentos de ensino profissional, tendo formado mais de 5.000 alunos.
- Assistência e Manutenção de mais de 70 Bancos de Olhos.
- Assistência permanente a hospitais, inclusive com doação de ambulâncias.
- Assistência a deficientes, em todos os sentidos.
- Assistência Jurídica e Médica a pessoas necessitadas.
- Criação de bibliotecas em estabelecimentos de ensino de todos os níveis.
- Campanhas de combate ao câncer.
- Campanhas de combate às drogas.
- Assistência à mãe solteira.

Inúmeras outras campanhas de cunho social, visando minorar o sofrimento daqueles que precisam deste movimento que é o maior exército sem armas do mundo, estando hoje com mais de milhão e meio de associados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o Douto Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor Ernane Galvêas, digníssimo Ministro da Fazenda, no sentido de que o Conselho Monetário Nacional reajuste o preço base do suíno, e que o mesmo preço seja corrigido periodicamente, conforme os custos reais da produção.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário seja cientificado o Senhor Alcides Antônio Miotto, Presidente do III Encontro dos Suinocultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor Nestor Jost, digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de que, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a CACEX e a Companhia de Financiamento à Produção, sejam desenvolvidas pesquisas mercadológicas e ações, com vistas à abertura de novas fronteiras para a exportação da carne suína, inclusive a países limítrofes; que o preço básico do suíno seja reajustado periodicamente, conforme os custos reais da produção.

REQUER, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada ao Senhor Alcides Antônio Miotto, Presidente do III Encontro dos Suinocultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Senhor João Elísio Ferraz de Campos, digníssimo Secretário de Estado das Finanças no sentido de que sejam beneficiados os suinocultores nos seguintes aspectos:

- isenção de ICM na aquisição de insumos para a produção;
- isenção no transporte do milho entre propriedades;
- maior rigor na fiscalização do comércio interestadual de reprodutores, cujos agentes sejam altamente qualificados para a correta identificação dos animais e exame de sua documentação.

REQUER, ainda, que da decisão do Plenário seja notificado o Senhor Alcides Antônio Miotto, Presidente do III Encontro dos Suinocultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Administração, Doutor JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, solicitando a instalação de um escritório regional da EMOPAR na sede do Município de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

Sendo uma cidade pólo da Região Central do Paraná, Ivaiporã encontra-se geograficamente favorecida para ali ser instalado um escritório regional da EMOPAR que possa atender aos inúmeros pedidos de reparos e/ou construções de prédios da Administração Pública.

Tal medida está em sintonia com o Governo Estadual, que vem buscando descentralizar os serviços e, com isto, melhorar o atendimento às Municipalidades do interior.

Um escritório regional da EMOPAR em Ivaiporã, viria desafogar o trabalho do órgão, evitando gastos desnecessários dos Senhores Prefeitos com o deslocamento dos mesmos à nossa Capital e beneficiaria quatorze (14) Municípios a saber: Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Fênix, Grandes Rios, Jardim Alegre, Kaloré, Lunardelli, Pitanga, Reserva, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, sem contar que tal serviço virá somar-se a outros levados para a região tais como: Núcleo Regional de Ensino da SEED; Coordenadoria do IPE; Unidade de Integração da CAFE DO PARANÁ; Posto Fixo de Exames Psicotécnicos; Centro de Saúde Pública (CS2); Conselho de Conciliação e Arbitramento de Pequenas Causas e outros já existentes. Vale ressaltar que a instalação de diversas sedes regionais e Agências de órgãos públicos, justificam um escritório regional da EMOPAR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, consubstanciado, em apelo no sentido de ser inaugurado e colocado em imediato funcionamento o módulo policial construído no Ponto Final do ônibus Jardim Weisópolis localizado no Distrito de Pinhais - Município de Piraquara, integrante da Região Metropolitana de Curitiba.

O funcionamento deste módulo policial é uma antiga reivindicação da população local, que vem sofrendo constantemente o problema da insegurança através de roubos e seqüestros de menores naquela localidade.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, Mui Digno Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, sobre matéria que especifica na justificação.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) SÉRGIO SPADA

**JUSTIFICATIVA:**

Em novembro de 1982, por ter praticado crime eleitoral, foi afastado do cargo o Juiz de Direito da Comarca de Corbélia, o Doutor Edmundo Leão Mendes.

Desde aquela data os serviços do Fórum daquela localidade vêm sofrendo solução de continuidade, por estarem sendo atendidos por Juizes Substitutos.

A sentença condenatória desse Magistrado, pelo TSE, transitou em julgado no mês de fevereiro deste ano. Por outro lado, o Habeas-Corpus impetrado pelo condenado não foi conhecido pelo Supremo Tribunal Federal, conforme publicação no Diário da Justiça da União, n.º 151, de 6 de agosto de 1984, página 42.133.

A vista do exposto, anexamos material correlato e requeremos respeitosamente, as providências cabíveis.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Cordoni Júnior, Secretário da Saúde e ao Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Diretor Superintendente da PROMOPAR, solicitando a liberação de um auxílio financeiro para compra de 18 aparelhos auditivos para a Escola do Deficiente Auditivo Municipal, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola do Deficiente Auditivo Municipal, atende uma clientela bastante carente, a maioria dos alunos são filhos de bóias-frias. Como é do nosso conhecimento estas famílias não ganham o suficiente para manter os tratamentos de recuperação dos filhos, pois, daí a presente reivindicação.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Calil Richa e a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Lourdes, Secretária da Educação, solicitando a liberação de um microônibus para transportes dos alunos deficientes da Escola do Deficiente Auditivo, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

A Escola do Deficiente Auditivo Municipal, atende uma clientela carente; a maioria mora nas periferias do município, e sendo difícil a locomoção para a escola e tendo em vista que os alunos são filhos de bóias-frias, como é do conhecimento de todos, estas famílias não ganham o suficiente para manter os seus filhos na escola, daí a presente reivindicação.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido da liberação de recursos, a serem aplicados na realização de reformas gerais no Colégio Estadual Vicente Leporace, localizado na Municipalidade de Boa Esperança.

Aquele importante estabelecimento da rede estadual de ensino existente em Boa Esperança necessita

urgentemente de reformas gerais em suas instalações.

Pois, atualmente, as condições de funcionamento às vezes até mesmo comprometem a segurança fato que leva perigo a estudantes, professores e funcionários.

Ademais, a direção escolar do Colégio Estadual Vicente Leporace não dispõe de recursos orçamentários capazes de assegurar as pretendidas melhorias, que já há muito, por sinal, são reivindicadas.

Neste sentido, espera-se dessa EMOPAR juntamente com a Secretaria de Estado da Administração, o apoio ao que ora é solicitado, em face de sua indiscutível importância e necessidade.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Conceição Machado, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, no sentido de que seja criada a Comarca da Municipalidade de Moreira Salles.

No dia 25 de julho, de 1960, através da Lei n.º 4.245, era criado o Município de Moreira Salles, de acordo como desmembramento ocorrido em relação a Goioerê. Sua instalação, efetivamente aconteceu no ano seguinte, 1961, dia 30 de novembro. Tais acontecimento históricos já na época refletiam o rápido desenvolvimento daquela localidade, especialmente tendo em vista a ação desbravadora dos pioneiros, que com suas famílias, lá instalaram-se, atraídos notadamente pelo alto teor fértil do solo, bem como da imensa vegetação. A agricultura e a pecuária, desde aquela época, foram os fatores de desenvolvimento, permitindo também o aparecimento de diversas atividades comerciais, graças à instalação de inúmeros estabelecimentos do ramo.

Nos dias de hoje, Moreira Salles, destaca-se em diversos aspectos. Sendo que as atividades agropastoris continuam a ser a base de sustentação de todo o processo desenvolvimentista daquela cidade. Seu contingente populacional que totaliza (de acordo com o Censo realizado em 1980) pouco mais de 18 mil habitantes, sendo que 11 mil moram no perímetro urbano e o restante, superior a 7 mil, tem suas residências fixas na zona rural.

Tais aspectos, aliados a muitos outros parâmetros, fazem com que Moreira Salles acabe por se tornar um dos municípios mais importantes no contexto paranaense, principalmente no que respeita à região a que pertence, microrregião 12 (polarizada por Campo Mourão).

Dentro desta linha de raciocínio por outro lado, há a necessidade que o grau de desenvolvimento de Moreira Salles seja acompanhado pela implantação de estruturas condizentes com essa realidade conjuntural.

Neste sentido, no que se refere à Justiça, torna-se imprescindível que a mesma ofereça condições que venham necessariamente atender aos reais interesses do conjunto da população. Fato, que, infelizmente, no momento atual, não se verifica. Pois, a falta de uma

Comarca só tem trazido uma série de transtornos. Já que a população de menor poder aquisitivo é que mais tem sofrido quando do seu envolvimento direto ou indireto com a Justiça, uma vez que tem que se deslocar para outro município onde existe Comarca; no caso

Goioerê.

Fora de qualquer dúvida que tal reivindicação quanto à criação de uma Comarca para Moreira Salles, é um anseio da comunidade de um modo em geral, através dos seus diversos setores organizados, destacando-se deste modo, as autoridades constituídas, as lideranças políticas-partidárias, os representantes do comércio local, as entidades de representação profissional (advogados, professores, médicos, etc.), das lideranças religiosas, dos produtores rurais etc.

Ademais, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, sempre teve uma postura voltada para a defesa da criação de novas comarcas em nosso Estado, com o objetivo principal da agilização dos feitos judiciais.

Eis, pois, a exposição de motivos que em muito contribuirão para que esse Tribunal de Justiça, aliado à realização de estudos devidos, determine a criação da referida Comarca de Moreira Salles, proposta esta que, quando definitivamente concretizada, permitirá, sem dúvida nenhuma, o desatolamento dos feitos judiciais.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do editorial do jornalista Luiz G. Mazza, sob Título "REDISES DIXT", publicado no jornal "Correio de Notícias", de 7 de outubro de 1984, anexo a este requerimento.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, do incluso Quatro Comparativo dos efeitos da nova Lei dos Funcionários Aposentados do Estado do Paraná.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à Secretaria de Estado da Administração e às Associações: dos Servidores Públicos do Estado do Paraná; dos Professores do Estado do Paraná; dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Paraná; dos Fiscais do Estado do Paraná; dos Servidores da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 264/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º - Os bens arrecadados e passados ao domínio do Estado, por declaração de vacância da herança, ou por renúncia de herdeiros, na forma do disposto nos artigos 1.539 e 1.619 do Código Civil Brasileiro, serão doados às Irmandades da Santa Casa de Misericórdia do município da situação desses bens.

Parágrafo Único - No caso não haver no município Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, os bens

referidos neste artigo serão doados a entidade assistencial de fins análogos àquela, existente no Município, e devidamente regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 2.º – Na transmissão de propriedade de que trata o artigo anterior, não incidirá o imposto sobre Transmissão de Bens Imobiliários.

Art. 3.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

As Irmandades da Santa Casa de Misericórdia, órgãos de assistência social, encontram-se em dificuldades financeiras, que ameaçam a continuidade de suas atividades.

Entidades exemplares sempre foram: refúgio certo daqueles que não brindados pela sorte ou garantidos previdenciariamente, necessitaram de assistência médico-hospitalar.

Não pode o Estado alheiar-se a tal situação. A caridade da população carreando àquelas entidades recursos, sensibilizada por eventuais campanhas, terá efeito meramente imediato; é necessário criar uma estrutura de continuidade, que garanta o funcionamento daquelas entidades que tanto orgulham os paranaenses e que já tanto fizeram pelos paranaenses e que já tanto fizeram pela comunidade de todo o Paraná.

O presente anteprojeto de lei virá, por certo, ao longo do tempo, prover de recursos indispensáveis à continuidade dos elevados propósitos daquelas entidades, o que faz esperarmos boa acolhida por parte dessa augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N.º 265/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica declarado de Utilidade Pública o LAR O BOM CAMINHO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Lar o Bom Caminho é uma entidade civil que tem por finalidade o amparo de menores sem recursos.

Nos termos estatutários, desde 1972, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços de filantropia e assistência social, aos menores desta Capital.

De acordo com a legislação em vigor, a mesma preenche os requisitos essenciais para que haja o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI N.º 266/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE COLABORADORES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO “SYDNEY ANTONIO”, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação “Sydney Antonio”, como bem esclarece o Art. 1.º de seu estatuto, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com o intuito de ajudar na promoção humana. Através de seu método de ensino verbodotonal aos deficientes da audição, tendo como objetivo oferecer a seus alunos orientação adequada, proporcionar e desenvolver seus talentos nas áreas profissional e intelectual, através de sondagem vocacional.

A documentação anexa preenche os requisitos da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Governo Federal, depois que tomou consciência de sua culpabilidade no caos em que o País está atolado, passou a adotar um processo paulatino de total alheamento perante a gravidade dos muitos problemas que nos atormentam, vindo, com essa conduta no mínimo omissa, a prejudicar ainda mais o já complexo momento nacional.

Um exemplo flagrante desta assertiva é a tristemente famosa Reforma Tributária implantada em 1.965 através da Emenda Constitucional n.º 18, a qual teve o indiscutível condão de fazer com que as Municipalidades brasileiras marchassem a passo acelerado para a falência. E, até certo ponto, poder-se-ia imaginar que, ao tomar pé dessa situação, o Governo Federal tomasse as medidas saneadoras que se impunham nessa ocasião, numa atitude de boa política fiscal verdadeiramente interessada, principalmente no progresso sócio-econômico da base da nossa economia, o município.

Mas assim não aconteceu; diante do movimento nacional pró-Reforma Tributária, acenou com um simples “mais tarde”, sem que outra providência tendente a aliviar o progressivo depauperamento dos Estados e Municípios fosse efetivada. A título de ilustração do que estou afirmando, e para que fique demonstrada a consciente inoperância dos órgãos governamentais face ao problema Estadual e Municipalista, basta dizer que desde 1.973 grupos de trabalho no âmbito Federal, estudam sem pressa e há 11 anos nova Reforma Tributária.

A fonte de todos estes problemas, a já mencionada reforma instituída através da Emenda n.º 18/65, outorgou ao Governo Federal competência para centralizar uma fantástica gama de recursos, determinando o empobrecimento gradual dos Estados e Municípios, em decorrência da injusta distribuição do volume arrecadado. Deve-se assim denominado centralismo fiscal ao fato de que, dos 14 impostos previstos no atual Sistema Tributário, dez ficaram por conta da União, dois com os Estados (transmissão de imóveis e I.C.M.), e dois com os Municípios (I.P.T.U. e I.S.S.), sendo que este último (I.S.S.) só tem significação econômica nos grandes centros urbanos.



Para que se tenha uma idéia, do volume global dos impostos cobrados no Brasil atualmente, a União recolhe aproximadamente 58%, os Estados 36% e os Municípios 6%, embora, posteriormente, do montante destinado à União, haja uma pequena redistribuição, que no contexto não altera a situação degradante dos Estados e Municípios.

A diferença na arrecadação tributária nos Estados, deve-se a dois fatores, o crescimento acelerado da inflação e a sua dependência em relação aos impostos indiretos, problemas estes que a União consegue superar elevando simplesmente suas alíquotas, conforme se comprova através da análise da evolução recente dos principais tributos Federais, I.P.I. e I.R., os quais cresceram no ano passado em cerca de 12,6%, enquanto o I.C.M., principal sustentáculo econômico dos Estados, decresceu no mesmo período cerca de 10,9%.

Com relação aos impostos Municipais, estes incidem especialmente sobre as suas áreas urbanas, o que para os pequenos Municípios de extensa área rural, é extremamente prejudicial em termos de arrecadação fiscal. O problema é tanto mais dramático se calcular que nos últimos vinte anos a população cresceu em média 150%, obrigando os Prefeitos a lutar por maiores recursos que garantam os serviços adequados e infra-estruturas básicas, exigidas pelos Municípios. Se somarmos a esta situação o fator de que os Prefeitos Municipais estão extremamente preocupados com a queda de 15%, em média, nos índices do I.C.M., verificamos quão grave é a situação dos Municípios que não possuem absolutamente nada em caixa.

As reivindicações partiram especialmente dos Prefeitos de Cornélio Procopio, Sr. HERMES FONSECA FILHO e de Barbosa Ferraz. Sr. ARNALDO CONEGLIAN. Conforme foi divulgado pela imprensa, segundo eles a diminuição do índice do I.C.M. não se deveria à queda na comercialização de produtos básicos como soja e algodão, como foi ventilado, pois embora tenha havido essa redução, os preços praticados pelo comércio e indústria aumentaram em função da inflação registrada no período. Segundo o Prefeito Arnaldo Coneglian, o Governo do Paraná precisa por em prática, com a máxima urgência, a Emenda Constitucional n.º 17, de Novembro de 1982, a qual alterou os artigos 23, 24 e 25 da Constituição Federal e destinou que na proporção do valor adicionado às operações relativas à circulação de mercadorias realizadas nos territórios dos Municípios, 25% são revertidas para o Município de onde se originam tais produtos. Tal reivindicação tem fundamento, pois os produtos agrícolas saem dos pequenos Municípios para serem comercializados nos grandes pólos, o que redundará em aumento de I.C.M. para os grandes Municípios, em detrimento dos Municípios produtores.

Segundo o candidato indireto à Presidência, Tancredo Neves, a necessidade de uma reforma tributária impõe-se "para que os Municípios possam ter assegurada uma existência na plenitude de sua finalidade histórica e administrativa."

É um meio para se alcançar essa autonomia, segundo a própria frente municipalista, se dará através da Assembleia Nacional Constituinte, que com a descentralização de recursos e competência atenderá a tão ampla reforma tributária. Outra reivindicação apresentada pela frente, diz respeito à absorção, pela União, das dívidas dos Estados e Municípios, pelo prazo de 5 anos, bem como criação de mecanismos de aquecimento da economia Nacional e local.

É bem verdade que uma vitória, embora parcial, foi já obtida com a aprovação da Emenda Passos Porto, a qual determinou um aumento substancial na arrecadação de tributos estaduais e municipais, ou seja mais 8% sobre a tributação do I.P.I. e do I.R.; também se elevou o Fundo de Participação dos Municípios em cerca de 2,5%, o que terá como consequência imediata uma sensível melhora nas condições de atendimento às reivindicações mais básicas e mais urgentes dos Municípios. Relativamente ao Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, com a nova Emenda o Município que até ao momento recebia uma participação de 8%, passará a arrecadar cerca de 20%, um aumento por demais importante e expressivo.

Estas medidas, oriundas da Emenda, não são ainda a coroação da longa luta por um sistema tributário justo, pois não foi reconhecida ainda totalmente "a importância histórica do Município, como base política, econômica e social da Nação". Trata-se, agora, de pressionar e sensibilizar as autoridades Federais para as mudanças estruturais necessárias, o que só será possível com eleições diretas livres e diretas para Presidente da República com a participação de todos os segmentos da sociedade, forças vivas deste imenso País."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará o uso do horário que lhe é destinado. —(Pausa).

O SR. NILSO SGUAREZI — Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Sérgio Spada, por dez minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Assomamos à tribuna desta Casa já pela terceira vez para posicionar nosso partido e nossa bancada frente à fraude eleitoral ocorrida em 15 de novembro de 1982 na Comarca de Corbélia, da qual foram artífices a Executiva Municipal do PDS e o candidato governista e prefeito Hélio Dal Belo, e agentes, o juiz de direito Edmundo Leão Mendes, o serventuário da Justiça Carlos Alberto Gazineu e o proprietário de farmácia, Celso Vieira.

Da primeira vez, dizíamos propriamente da sordidez de que se revestiu a maquinação fraudulenta e de como a iniciativa dos dirigentes governistas de Corbélia e Braganey não estava isolada, porquanto se articulava com a impunidade de anos de prática institucional de corrupção pelo regime arbitrário instalado em nosso País no triste 64. Dizíamos dos casuísmos eleitorais que violêntaram sistematicamente o processo político brasileiro, fazendo-o o que é hoje, eivado de distorções, repleto de vícios. Dizíamos, enfim, de como o governo militar e suas bases políticas de sustentação opuseram e opõem à força das idéias e da dialética o império da violência, da insensatez e da truculência. E o fazíamos sem perder de vista, absolutamente, a necessidade de punição pronta e exemplar de todos os implicados no crime eleitoral, que tanto transtornos trouxe àquela próspera e serena comunidade.

Transcorridos alguns meses, à vista da atuação do Tribunal Regional Eleitoral, transmitimos a esta Casa e à sociedade paranaense a confiança em que o caso teria breve desfecho, já que o condenado Edmundo

Leão Mendes, Juiz de Direito, esgotava suas últimas possibilidades de protelação e adiamento. O tribunal Regional Eleitoral cominara-lhe, e aqui nos fixamos ao caso do juiz eleitoral, pena de 3 anos de reclusão, mais a acessória de perda de função pública, porque judicialmente ter cometido o crime previsto no Artigo 317, do Código Eleitoral, qual, seja a prática de violação de urna. Posteriormente, o Superior Tribunal Eleitoral confirmaria as penas que lhe foram aplicadas pelo TRE. Ainda apelante, o juiz impetrou Habeas Corpus junto ao Supremo Tribunal Federal, tendo sido desenvolvida pela defesa a querela no plano da competência para o julgamento de juiz no cometimento de crime eleitoral.

Do alto de sua autoridade, o Supremo Tribunal Federal pôs fim rápido à questão, não reconhecendo o habeas corpus, tendo o ilustre Ministro Aldir Passarinho seguido a parte expositiva sugerida pela Procuradoria Geral da República, superando, assim, a tramitação interminável do processo. A publicação do acórdão viria no Diário da Justiça da União em 6 de agosto de 1984.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, começamos a contar o vigésimo terceiro mês desde o cometimento do crime eleitoral de violação de urnas. Importa perceber que está em questão a própria instituição judiciária, que se pretendeu macular pela ação irresponsável e dolosa de um mau juiz de Direito. Impõe-se, Sr. Presidente, a agilização dos Poderes no sentido de seu auto-policiamento, e isto é norma geral para o bom funcionamento institucional. É fundamental a tomada energética e pronta de decisões visando a recuperar junto à sociedade a credibilidade e a confiança, que temos de admitir sofre profundamente: nestas noites de arbítrio e prepotência.

Cumpra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que respondamos também ao senso comum de nossa gente, que não pode entender o fato de o juiz de Direito continuar impune, titular de comarca e com vencimentos normais. E não poderia ser diferente para um povo privado de direitos e punido muitas vezes pelo que não praticou. O senso comum e popular está a dizer que este juiz não pode perceber vencimentos e se percebe terá de devolvê-los tostão por tostão. O bom senso, Sr. Presidente, está a exigir que este juiz não seja titular de comarca, nem tenha vencimentos e vá mesmo para a cadeia. Ao Tribunal de Justiça cabe, nesta hora, agir pronta e eficazmente, declarando vago o cargo de juiz na Comarca de Corbélia, suspendendo seus vencimentos e cumprindo as determinações originárias da Justiça Eleitoral. Este é o espírito do requerimento que submetemos aos nobres Colegas, certos de que terá pronta acolhida na ilustre figura do Presidente Alceu Conceição Machado e na de seus pares desembargadores".

Encaminho, nesta oportunidade, um requerimento no qual a sociedade de Corbélia, a comunidade corbeliense, assim como a comunidade paranaense pede justiça e cobra do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça a pronta atuação, no sentido de determinar ao Sr. Governador que exonere este juiz que está, em última análise, denegrindo a própria classe do Judiciário do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é reservado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Por cinco minutos, Sr. Presidente, vou ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa um requerimento, fazendo um apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública no sentido de inaugurar e pôr em funcionamento o módulo policial construído no final do ponto de ônibus Jardim Veizópolis, no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara.

O clima de intranquilidade e insegurança da população daquela localidade é constante. Ontem mesmo os jornais noticiaram o seqüestro de crianças naquela localidade. Há roubos constantes. Estamos fazendo um apelo ao Sr. Secretário que recebendo ajuda da Prefeitura Municipal de Piraquara, da comunidade, foi construído um módulo policial que está há vários meses paralisado.

Por isto fazemos um apelo para que ponha imediatamente em funcionamento, porque a revolta já é grande naquela comunidade, havendo até comentários de derrubada deste módulo policial que está sem qualquer serventia e há vários meses construído.

Espero também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o ocorrido na data de ontem e que já fiz um pronunciamento a respeito, sobre a corrupção da Café do Paraná, que sejam tomadas medidas urgentes. Encaminhei ontem a Vossa Excelência com a documentação, para que tome providências, visando sanar e responsabilizar aqueles que tomaram esta medida irresponsável, vinculando o meu nome e de dois ex-Presidentes desta Casa, do atual Secretário de Comunicação Social. Todos sabem que nada temos a ver com a Café do Paraná e nunca qualquer vinculação houve. Se algum serviço foi prestado pela Café do Paraná, foi à COMEC, conforme documentação já encaminhada. Que sejam responsabilizados aqueles que tomaram esta iniciativa, porque por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção, não vemos qualquer responsabilidade por parte do Presidente que procura sua promoção pessoal.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Com todo o prazer.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Gilberto Rezende Carvalho, Vossa Excelência traz uma denúncia séria à Casa, cuja Presidência da Assembléia Legislativa precisa tomar providências.

Estão saindo por aí "releases", de autoria desconhecida, com papel timbrado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vinculando nomes honrados como o de Vossa Excelência em matérias referentes a corrupção.

Este é um verdadeiro absurdo, que está se patrocinando sob a convicção, não só dos homens da chamada CPI da Corrupção, mas sob a direção desta Assembléia Legislativa.

Não é possível que esta Casa, assista passivamente um Deputado da envergadura moral de Vossa Excelência, ser



injustamente acusado e ser usado todo instrumental desta Casa, para, sem respeito ao decoro parlamentar, ao respeito que deve presidir todo relacionamento entre parlamentares, o nome de Vossa Excelência com instrumental desta Casa, ser lançado às ruas, como um dos homens envolvido no suposto processo de corrupção.

Protesto veementemente, eminente Deputado Gilberto Carvalho e solicito ao Sr. Presidente desta Casa, Deputado Trajano Bastos, ao 1.º Secretário, Deputado Gernote Kirinus, ao Diretor Geral, jornalista Enio Malheiros, ao Diretor do Departamento de Divulgação, para se ponha cobro de uma vez por todas, a irresponsabilidade que campeia nos "releases" desta Assembléia Legislativa.

Creio, eminente Deputado, que nunca houve na histórica política deste País, quaisquer atitudes de tamanha irresponsabilidade como estas que estão sendo praticadas, temos profundo respeito pelos jornalistas e pela liberdade de imprensa, sempre na nossa vida, pautamos o nosso procedimento por um respeito e por admiração aos homens que fazem da matéria o seu dia a dia e que através de suas páginas na imprensa informam e formam a opinião pública.

Mas, tem razão o jornalista Luiz Geraldo Mazza, quando diz que no Paraná nós estamos vivendo sob os tempos do "redise dixt" isto é, o que o "release" anônimo sem assinatura, covarde, hipócrita, mentiroso, passa a ser a grande verdade deste Estado e é preciso que a direção desta Assembléia Legislativa tome uma providência urgente e imediata, porque se assim não proceder, nós da Bancada Minoritária iremos recorrer, não só administrativamente nesta Assembléia Legislativa, mas se for necessário, até às barras do Tribunal, para que a irresponsabilidade tenha um paradeiro nesta Assembléia Legislativa.

Com relação a Vossa Excelência, nobre Deputado, o Paraná lhe conhece, sabe que Vossa Excelência exerce o seu quinto mandato de Deputado, Prefeito Municipal, homem que ao longo de sua vida não teve tempo de amealhar fortuna material, nem com isso se preocupou, se preocupou isto sim de amealhar a fortuna dos homens que têm esperança e que têm espírito forte, a fortuna de fazer amigos, de fazer e de criar lealdades pelo Paraná afora.

Meus cumprimentos a Vossa Excelência, a irrestrita solidariedade da sua Bancada e a certeza de que todos nós juntos do PDS haveremos de extinguir este cancer que corroe o Legislativo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a Vossa Excelência, Deputado Luiz Alberto e espero ver esclarecido este caso, porque eu estou completando no final deste mandato, 25 anos de vida pública; com mandatos de Vereador, de Prefeito e de Deputado. Jamais utilizei de órgãos públicos, para qualquer favor pessoal. E nem para emprego em qualquer órgão, que eu não tenho em nenhum órgão do Estado, pedido para colocação de qualquer parente. Por isso eu estou com a minha consciência tranqüila e não estou autorizado a falar por ele, mas conheço muito bem a formação do ex-Deputado, ex-Presidente desta Casa, Luiz Alberto Dalcanelle. Conheço muito bem a formação do ex-Deputado e ex-Presidente desta Casa, João Mansur. E também o nosso companheiro Werner Wanderer que, há poucos dias também, foi acusado e que já entrou com uma ação responsabilizando aqueles que o caluniaram pelo mesmo

fato. E eu espero que seja esclarecido o quanto antes, para que a Casa e todos tomem conhecimento, desta nota divulgada através da Assembléia Legislativa do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Fará uso da palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Antes porém, a Mesa quer esclarecer ao ilustre Deputado Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que ontem, quando ocupava a tribuna o Sr. Gilberto Carvalho, que trouxe a público os seus reparos, esta Presidência solicitou do mesmo, que fizesse, chegar às mãos da Presidência, o documento que ele anuncia. E tão logo tomaremos as providências necessárias.

E a Mesa não pode aceitar, Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, a adjetivação de convivência nesse fato.

A Mesa toma esta atitude para que fique resguardada a autoridade da Mesa, da mesma forma como Vossa Excelência pretende resguardar a autoridade da vossa Bancada.

Com a palavra o Sr...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Para esclarecer a Vossa Excelência que quaisquer atitudes de silêncio por parte da Mesa da Assembléia Legislativa, este episódio que é grave, que o instrumental da Assembléia Legislativa, que papel timbrado da Assembléia Legislativa, está sendo usado para denegrir a atuação de um Parlamentar de quaisquer bancadas, passa a significar convivência. E a Bancada do PDS não aceitará uma posição de silêncio da Presidência desta Assembléia neste episódio, tendo em vista o precedente grave e inusitado que ocorrerá nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa não pretende dialogar com Vossa Excelência. Apenas para esclarecer o Plenário, que a Mesa não está silenciosa; aguarda tão somente a representação formulada pelo Deputado Gilberto Carvalho.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ímpolita, intocável, é um precedente, Sr. Presidente, é um precedente, Srs. Deputados, de consequências imprevisas.

Quando se ataca a honra, quando se ataca, com fato inusitado a honra de um Deputado, há de haver reação das duas bancadas, porque isto, no volume global é um Poder, Sr. Presidente. É um Poder onde o adágio popular há de estar presente. De quem cala, consente. Calaram-se as vozes da democracia participativa, dos homens que aqui integram. Calaram-se, talvez por medo, talvez por covardia, talvez por pensarem no velho adágio de Ruy Barbosa: — "Covarde é aquele que se dá por vencido, antes de começar a luta". Onde está a defesa, onde está a verdade meridiana da

**Bancada da Oposição?**

Calaram-se como aquela ave que bota sua cabeça na areia e seu "bum-bum" de fora. Os covardes não têm vez, porque havemos de defender e havemos de nos lembrar do velho adágio que o sábio que dizia: "Posso discordar de tudo que tu dizes, mas hei-de defender a tua orientação e a tua vontade".

Como pode, Sr. Presidente, Srs. Deputados, covardemente a Bancada da Oposição?

Onde está o direito da minoria?

Onde está a democracia participativa deste Governo efêmero? Talvez com a vergonha, talvez a vergonha de não poder encarar seus próprios companheiros. Porque isto é transição, Srs. Deputados. Hoje é meu dia, amanhã será o teu. Mas, aqui, quando o PDS e ARENA eram maioria, jamais a honra de um Deputado foi atacada, e quando atacada, tinham defensores, Sr. Presidente.

E Vossas Excelências estão fazendo ouvidos "moucos"; Vossas Excelências, membros do Poder Executivo desta Casa, fazem ouvido de mercador. É a primeira traição. São os traidores, os vendilhões da Assembléia, que não defendem os seus liderados.

Onde está, Sr. Presidente, a honradez destes Deputados que, hoje, como a maioria da Casa, não sabem defender uma minoria que está pautando pelo bem-estar de nossa terra e de nossa gente.

São os traidores que não querem outra coisa a não ser tripudiar, Sr. Presidente.

Não fomos vencidos, porque jamais seremos vencidos e haveremos de vir aqui sempre para protestar contra os mesmos Deputados do PMDB que merecem a nossa confiança.

A defesa da Assembléia Legislativa como um todo, um Poder, mas este Poder está claudicando. De nada adianta irem os Srs. membros da Assembléia para as televisões para defender, para falar bonito, para "puxar o saco" do Sr. Governador.

E, depois, um Deputado é atacado em sua honra e todos calam!

Calam covardemente, porque eu chamo de covarde aquele que não defende seus companheiros.

Onde está, Sr. Presidente, a vossa autoridade; que cesse tudo quando a antiga musa canta.

Não existe autoridade neste Poder. Este Poder não tem mais autoridade, porque a honra do Deputado honesto foi atingida e Vossa Excelência faça uma sindicância, uma sindicância pública, como disse o Deputado que ontem foi à tribuna para "puxar o saco" do Governador; faça uma sindicância, Sr. Presidente e veja a falta de respeito com a Comissão Executiva; esta Comissão está falida, esta Comissão não tem força moral para fazer valer o Regimento Interno.

Já fomos, Sr. Presidente, claudicados em uma sessão nesta semana, onde tínhamos 17 Deputados e o ilustre Presidente que presidia a Mesa, Deputado Adhail, disse que tinha 20. Se a mentira, Sr. Presidente, está campeando na Bancada do PMDB; se é covardia, amanhã há de vir sobre a cabeça de Vossa Excelência, porque a covardia é o papel dos ingratos, Sr. Presidente, os homens que não querem nada mais a não ser claudicar, Sr. Presidente. Os homens que precisam de máquina de somar para saber que vinte menos três são dezessete; os homens que me fazem lembrar aquela modinha popular, "eu te dei vinte mil réis para tirar três e trezentos, você tem que me voltar dezessete e setecentos". Foi isso que aconteceu, Sr. Presidente. A vergonha, Sr. Presidente, estamos envergonhados, vamos sair cabisbaixo daqui, se Vossa Excelência, se os Líderes

desta gloriosa Bancada, que é a Bancada da democracia participativa, Sr. Presidente, ao atacar injustamente um Deputado, saiu das quatro paredes desta Assembléia, Sr. Presidente. Hoje é meu dia, amanhã será o teu, Sr. Presidente; respeito; respeito; respeito.

Se nós não temos imprensa, nós haveremos de ter a voz do povo, porque a voz do povo é a voz de Deus. De que adianta, Sr. Presidente, ir à tribuna de uma rede de televisão, um Deputado ir defender as causas e aqui se calar, Sr. Presidente. Quando vê a mentira a campear na Bancada de Vossa Excelência.

E eu queria dizer, e pediria ao meu Líder mais cinco minutos para que eu pudesse completar meu raciocínio. Sr. Presidente, eles riem porque têm vergonha. Quem não tem vergonha não adianta falar. É gritar no deserto, os homens estão com a bola na mão. Mas se Deus quiser, apesar das barganhas, de Minas Gerais, onde Deputados do PDS já estão tomando conta. Apesar das futuras barganhas do Paraná, haveremos de ter Paulo Maluf para impor respeito nesta Nação.

Haveremos, Sr. Presidente, de sofismar com homens que riem. Porque eles riem porque têm os ouvidos ociosos e não têm nada na cabeça. Cada cabeça é uma sentença, mas na cabeça da rapaziada, como dizia o meu pai, só tem chulé.

Então é isso, Sr. Presidente, veja Vossa Excelência a falta de respeito que está havendo nesta Assembléia por culpa, exclusivamente, da Bancada de Vossa Excelência.

Exigimos respeito, exigimos que Vossa Excelência nos conduza para o lado certo, para o lado onde manda

o Regimento Interno de Nossa Assembléia, porque as mimorias também são valentes, a Minoria sabe, também, Sr. Presidente, responder no ato certo e no momento exato. Os goris que dão rizada não trazem conteúdos. São Deputados, Sr. Presidente, de uma vez só. São Deputados que, talvez, na próxima Legislatura não estarão aqui. Eles que riam, porque enquanto riam o circo pega fogo. O circo está pegando fogo. E os Srs. Deputados que riem porque o circo do Sr. José Richa está pegando fogo por falta de Liderança, por falta de autoridade moral, por falta de hombridade e os homens que eram esperança do Paraná, nada fizeram por nossa terra e por nossa gente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta à Liderança do PDS se fará uso dos dez minutos restante.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja dado preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 220/84 e 221/84. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 231/84 e 234/84.

Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicito informar o Projeto, o quê que é.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência que são projetos que constam da Ordem do Dia de hoje. O de n.º 231/84, de autoria do Poder Executivo, que autoriza abrir um crédito especial no valor de 400 mil cruzeiros no orçamento da Assembléia Legislativa, destinado a atender despesas com obras e instalações; e o Projeto de Lei 234, também na Ordem do Dia de hoje, que autoriza a abrir créditos especiais que alteram os orçamentos da PARANATUR e TECPAR nos valores de 460 milhões e um bilhão de cruzeiros.

Está APROVADO o requerimento.

O Sr. Gilberto Carvalho — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Redação final do Projeto de Lei n.º 107/84. Em discussão. Em votação. Aprovado.

A Mesa retifica: atendendo a preferência votada pelo Plenário, está em discussão o Projeto de Lei n.º 220/84.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 220/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 170/84), que visa obter autorização para abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.351.000.00 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e um milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com outros custeios e obras e instalações do Tribunal de Justiça no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 221/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 171/84), que autoriza o Poder Executivo abrir créditos especiais para a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina — APPA e IPE, nos valores de Cr\$ 6.950.000.000 (seis bilhões, novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e Cr\$ 20.328.000.000 (vinte bilhões, trezentos e vinte e oito milhões de cruzeiros) respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 231/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 193/84), que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 400.000.000 (Quatrocentos milhões de cruzeiros), ao orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 231/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações.

Art. 2.º — Servirão como cobertura do crédito de

que trata o artigo anterior, recursos oriundo do excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado, na forma do estabelecido pelo § 1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de lei n.º 231/84

#### PARECER:

A matéria em exame, Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 193/84, pretende autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações.

A iniciativa em matéria de tal natureza é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

Neste sentido, o projeto de lei em pauta não possui qualquer óbice de natureza constitucional à sua tramitação e também está de acordo com as exigências legais e regimentais.

Portanto, temos que manifestar o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO — Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei n.º 231/84

#### PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 193/84, tem por finalidade, o presente plano de lei, a autorização deste Poder, para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) ao vigente Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado.

Sobre o aspecto legal e constitucional da matéria, houve parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça que posicionou favoravelmente.

Ao analisar o lado financeiro da matéria, objeto de estudo desta Comissão, temos que o projeto encontra respaldo financeiro no excesso de arrecadação do Tesouro Geral do Estado.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;  
DIRCEU MANFRINATO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 234/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 183/84), que autoriza o Poder Executivo abrir créditos especiais que alteram os orçamentos da PARANATUR, DIOE e TECPAR, nos valores de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) e Cr\$ 1.050.000.000 (hum bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 91, de 20/9/84, mensagem)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 234/84

#### PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 183/84, o presente projeto de lei tem por objetivo alterar os orçamentos da Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR, Departamento de Imprensa Oficial – DIOE e Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, a fim de prover recursos para manutenção das atividades e pagamento de pessoal das três entidades, além da aquisição de sede própria para a PARANATUR.

Para isso, o plano de lei prevê autorização para abertura de créditos especiais nos valores, respectivamente, de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) e de Cr\$ 1.050.000.000 (um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), para cada uma das mencionadas entidades.

Segundo a exposição de motivo que acompanhou o anteprojeto, os recursos para cobertura desses créditos serão provenientes do excesso de arrecadação das próprias entidades.

Considerando que, a iniciativa é de competência do Chefe do Poder Executivo, conforme está previsto no art. 35 da Constituição do Estado, e que, analisando o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar, esta Comissão não encontrou qualquer óbice para a aprovação do presente plano de lei, a matéria esta em condições de SER APROVADA por esta Casa.

Somos FAVORÁVEIS À APROVAÇÃO DO PROJETO.

Sala das Comissões, em 03 de outubro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente e Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei n.º 234/84

#### PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 183/84, tem por objetivo a autorização deste Poder para abertura de créditos especiais, que alteram os Orçamentos da Empresa Paranaense de Turismo – PARANATUR, Departamento de Imprensa Oficial do Estado – DIOE e Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR, nos valores de Cr\$ 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros), e Cr\$ 1.050.000.000 (um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), respectivamente.

Sobre a matéria houve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou sobre o aspecto legal e Constitucional.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de análise desta Comissão, constatamos que os recursos necessários para atender as despesas decorrentes com a aprovação do projeto, são decorrentes do excesso de arrecadação das próprias entidades, de acordo com o § 1.º, item II do Artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Nestas condições e considerando a importância da matéria, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de outubro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI – Presidente;

DIRCEU MANFRINATO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n.º 107/84, que denomina ESCOLA ESTADUAL MONSENHOR IVO ZANLORENZI – Ensino de 1.º Grau Regular e Supletivo, a atual Escola Embaixador Lincoln Gordon em Campo Comprido, nesta Capital.

Aprovado. (Publicado no D.A. 42, de 22/5/84).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n.º 154/84, que declara de utilidade pública a “UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL – REGIÃO DO PARANÁ”, com sede nesta Capital.

Aprovado. (Publicado no D.A. 59, de 25/6/84)

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n.º 155/84, que denomina Distrito Administrativo de NOVA TEBAS, o atual Distrito Administrativo de BELA VISTA, no Município de Pitanga, mantidas suas divisas, na forma que especifica.

Aprovado. (Publicado no D.A. 60, de 26/6/84)

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n.º 92/84, (Mensagem n.º 130/83), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08.07.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado, dos Transportes e os Municípios de Londrina e Mamborê, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 92/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º – Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de julho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Londrina, n.º 262/83 e Mamborê, n.º 293/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes, nos referidos Municípios.

Art. 2.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI – Presidente;

HOMERO OGUIDO – Relator.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.º 94/84, (Mensagem n.º 56/84), que aprova os Convênios celebrados em 29.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios adiante mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão nos referidos municípios, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná – PRONOROESTE.

Aprovado. (Publicado no D.A. 10, de 22/3/84).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Resolução n.º 95/84, (Mensagem n.º 76/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 95/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º – Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de: Bandeirantes, n.º 465/83, Centenário do Sul, n.º 453/83, Iretama n.º 480/83, Ivaí n.º 428/83, Jardim Alegre n.º 430/83, Jataizinho n.º 431/83, Marilena n.º 435/83, Nova Aurora n.º 557/83, Paranapoema n.º 440/83, Pranchita n.º 503/83, Prudentópolis n.º 505/83, São Miguel do Iguaçu n.º 519/83, Santa Terezinha do Itaipu n.º 445/83, Sertaneja n.º 451/83, Terra Rica n.º 450/83,

Tupassi n.º 449/83 e Verê n.º 448/83, datados de 08 de dezembro de 1983, e Lobato n.º 353/83, datado de 13 de outubro de 1983, objetivando a execução de obras para a recuperação de estradas.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 101/84. (Mensagem n.º 101/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 101/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de CAFELÂNDIA n.º 529/83 e GRANDES RIOS n.º 534/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 102/84, (Mensagem n.º 98/84), que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Boa Vista da Aparecida, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 102/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Boa Vista da Aparecida, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Resolução n.º 103/84, (Mensagem n.º 95/84), que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 103/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Enéas Marques, n.º 471/83, Imbituva, n.º 476/83 e Inácio Martins n.º 454/83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 104/84, (Mensagem n.º 94/84), que aprova convênios celebrados em 19.03.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme especifica. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 104/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 19 de março de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de Doutor Camargo e Nova Esperança, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 106/84, Mensagem n.º 93/84), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Planejamento com participação da COMEC e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 106/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os municípios de Almirante Tamandaré n.º 01/84, Araucária n.º 02/84, Campo Largo n.º 03/84, Piraquara n.º 05/84, Quatro Barras n.º 06/84, datados de 15 de fevereiro de 1984, Colombo n.º 04/84 e São José dos Pinhais n.º 7/84, datados de 20 de fevereiro do "Programa de Transportes Urbanos".

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente

HOMERO OGUIDO — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 109/84, (Mensagem n.º 106/84), que aprova Termos de convênios celebrados em 12.04.84, entre o Estado do Paraná, através

da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 109/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Ficam aprovados os termos de convênios celebrados em 12 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios: Ampère nº 7/84, Barbosa Ferraz nº 10/84, Barra do Jacaré nº 11/84, Castro nº 13/84, Céu Azul nº 15/84, Guaraqueçaba nº 21/84, Manguieirinha nº 26/84, Manoel Ribas nº 27/84, Paula Freitas nº 31/84, Peabiru nº 32/84, Pitanga nº 33/84, Planalto nº 34/84, Porecatu nº 35/84 e Sabáudia nº 38/84, com a participação da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 110/84, (Mensagem nº 103/84), que aprova termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 31.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Piên, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 110/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31 de dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Piên, nº 56/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 111/84, (Mensagem nº 100/84), que aprova termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 08.12.83, através da Secretaria dos Transportes e o município de Tamboara, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 08 de dezembro de 1983, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Tamboara. nº 551/83, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes, naquele município.

Art. 2º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de outubro de 1984.

(aa) ACIR MEZZADRI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 34/84, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que dispõe sobre eleições diretas para diretores de estabelecimentos de Ensino de primeiro e segundo graus — Regular e Especial — da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA de Plenário em regime de urgência.

Em votação a Emenda Substitutiva de Plenário.— **Aprovada.**

O SR. RUBENS BUENO (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência anotasse o voto desse Parlamentar favorável às eleições imediatamente, não como está proposta pelo Plenário da Casa. Se bem que acatamos a decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 221/83, de autoria do Deputado JORGE AMIN MAIA FILHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA INTEGRAL DE MARILÂNDIA DO SUL — CEPRHIMS", com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 73/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de utilidade pública o "HOSPITAL REGIONAL DE PSIQUIATRIA CÂNDIDO BERTHIER FORTES", com sede e foro na Comarca de Paranavaí. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/84, de autoria do Deputado IVAN GUBERT, que declara de utilidade pública "ASSOCIAÇÃO TEIXEIRA SOARENSE DE AMPARO AO IDOSO" — ATAI, entidade de Assistência Social com sede na cidade de Teixeira Soares. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 212/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA SOBERANA ORDEM MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E BRASIL MERIDIONAL", com sede na cidade de São Paulo. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— Em regime de urgência. — **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Irineu Bastos de Oliveira, ocorrido no dia 7 de outubro do corrente ano, no Município de Lunardelli.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Francisco, no Município de Jardim Alegre.— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Leonidas da Silva, ocorrido no dia 8 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado



Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Leizor Saul, ocorrido no dia 7 de outubro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Senhor João Muraro, que completou 70 anos de trabalhos ligados ao meio rural. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração da Igreja do Nazareno em Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Associação Internacional de Lions Clubes, pela passagem do Dia Mundial do Serviço Leonístico. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando regime de urgência à votação do Projeto de Lei n.º 260/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo no sentido de ser inaugurado e colocado em funcionamento o módulo policial construído no ponto final do ônibus Jardim Weisópolis, localizado no Distrito de Pinhais Município de Piraquara. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial sob o título "Redises DIXT", publicado no jornal "Correio de Notícias". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Augustinho Zucchi, pela eleição como Presidente da Casa do Estudante Luterano Universitário de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a liberação de recursos a serem aplicados na realização de reformas gerais no Colégio Vicente Leporace, no Município de Boa Esperança. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação da Comarca do Município de Moreira Salles. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo a instalação de um escritório regional da EMOPAR na sede do Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 25.º aniversário do Lar da Acadêmica de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Fazenda, no sentido de que o Conselho Monetário Nacional reajuste o preço

base do suíno, e que o mesmo preço seja corrigido periodicamente, conforme os custos reais da produção. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Agricultura, no sentido de que juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a CACEX e a Companhia de Financiamento à Produção, sejam desenvolvidas pesquisas mercadológicas e ações, com vistas a abertura de novas fronteiras para a exportação da carne suína, inclusive a países limítrofes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Secretário das Finanças, no sentido de que sejam beneficiados os suinocultores da isenção de ICM na aquisição de insumos para a produção, isenção no transporte do milho entre propriedades, bem como maior rigor na fiscalização do comércio inter-estadual de reprodutores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Saúde e Bem-Estar Social e Diretor Superintendente da PROMOPAR, encarecendo a liberação de auxílio financeiro para compra de 18 aparelhos auditivos para a escola do Deficiente Auditivo Municipal no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a liberação de um micro ônibus para transporte dos alunos deficientes da Escola do Deficiente Auditivo, no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do incluso Quadro Comparativo dos efeitos da nova lei dos funcionários aposentados do Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo providências referentes aos serviços do Fórum da Comarca de Corbélia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 80.º aniversário de inauguração da Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO GILBERTO CARVALHO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 1984.**

#### REDISES DIXT

Luiz G. Mazza

A rotina dura do jornalismo, ainda mais com as limitações que o caracterizam no Paraná, levou-nos a aceitar como fatalidade o império da informação pré-encolhida, o realese. Este passou a condicionar até o padrão do texto: o código dominante, mesmo

quando o redator trabalha num jornal é o das assessorias de imprensa. Algo assim como a situação vivida em Portugal: os jornalistas não sabiam viver sem a censura e tiveram extrema dificuldade de adaptação ao ato de escrever sem a presença do censor, travestido em apêndice indispensável. Nós aqui não conseguimos fazer jornalismo sem o realese. E este não é um mal. Ao contrário é uma forma utilizada mundialmente para reduzir a distância entre a fonte e o veículo. Acontece, porém, que essa excessiva intermediação do processo deu uma espantosa autonomia ao informe acabado. Raros são os veículos que reelaboram tais textos por um mecanismo de acomodação e de suposta baixa de custos. O realese da CPI da Corrupção desta semana é magistral como absurdo e tira a credibilidade de uma instituição parlamentar tão séria. Se todos os processos forem como esse que investiga a questão da "reserva hídrica" na região metropolitana, tocado pela Comec e com operações de destoca e terraplenagem feitas pela Cafe do Paraná, o saldo das apurações de atos lesivos do governo passado não levará ninguém ao purgatório quanto mais do inferno.

Incrível é que os componentes da CPI não tenham percebido a delicadeza de sua missão, notadamente a partir do momento que os deputados da oposição se recusaram a integrá-la. Essa condenável "fuga" deveria servir de motivo para o máximo de zelo, a fim de as peças arroladas não dessem margem a contestação fácil. Dois ex-presidentes da Assembléia — João Mansur e Luis Alberto Dalcanalle — estavam listados e ninguém teve a mínima delicadeza de procurá-los para uma explicação. Havia também o deputado do PDS, Gilberto Carvalho, o que exigiria por "esprit de corps" uma consideração. Mas é justamente aí que se percebe a quebra de ética e o intento da retaliação. O fato em si já é calamitoso, mas a "notícia" pior ainda. É que se percebe no aqodamento com que a mínima denúncia ganha ali acesso aos meios de comunicação que os parlamentares não acreditam no processamento de ninguém e entendem que as coisas se esgotam no objetivo puramente político. Como a imprensa nem sempre filtra esses absurdos, que aliás podem levá-la por descuido e irresponsabilidade à justiça, há quase certeza de que o "fato" chegará aos jornais para em

seguida ganhar aquela resplandecência na xerox. Repete-se assim na crônica parlamentar o que se dá no setor policial, onde o livro das partes é algo tão sagrado como o Levítico, o Pentateuco, o Deuterômio enfim a própria Bíblia. Uma simples queixa registrada, como se incontestável fosse, ganha status de verdade. E assim é, lamentavelmente, em toda a parte. Poucos são os jornais que "recriam" o texto e menos ainda os que o submetem a verificações mais amplas, com melhor detalhamento e o indispensável sal contraditório. Enfim os latinos já diziam: "Realesis dixit, verm est".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 10, quarta-feira, às 15 (quinze) horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Padre Gustavo Pereira Filho. Uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 212/84, 220/84, 221/84.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 28/83, e dos Projetos de Lei n.ºs 231/84, 234/84.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/84, e do Projeto de Lei Complementar n.º 99/84, e dos Projetos de Lei n.ºs 100/84, 111/84, 114/84, 118/84, 119/84, 126/84, 131/84, 132/84, 139/84, 140/84, 143/84, 144/84, 148/84, 153/84, 189/84, 196/84, 226/84, e do Projeto de Lei Complementar n.º 160/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 58/84, 59/84, 77/84, 84/84, 95/84, 101/84, 102/84, 103/84, 105/84, 109/84, 113/84, 115/84, 116/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO  
SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 1.984.

APLICAÇÃO DA LEI DOS INATIVOS ORA EM TRAMITAÇÃO NA A.L.			
	ATUAL		NOVA LEI
PROF. ENS. PRIM. NORMAL, N/ 19	Vencimento . . . . . 246.792 Adic. 25 + 25% . . . . . 155.206 Total . . . . . 401.998		331.651 – PB – 2 208.573 Nível 11 540.224
PROF. ENS. MÉDIO NÍVEL 24	Vencimento . . . . . 391.652 Adic. 25 + 25% . . . . . 246.307 Méd. Aul. Supl. . . . . 4.251 Total . . . . . 642.210		526.333 – PE – 5 331.007 Nível 11 5.714 863.054
TÉCNICO DE ADM. NÍVEL 24	Vencimento . . . . . 352.712 Adic. 25% . . . . . 97.447 Grat. Produt. . . . . ----- Total . . . . . 450.159		534.206 – Padrão I 147.591 Ref. 4 121.171 802.968
OFICIAL DE ADM. NÍVEL 19	Vencimento . . . . . 157.675 Adic. 25 + 20% . . . . . 86.930 Serv. Extra . . . . . 81.526 Total . . . . . 326.131		253.063 – Padrão F 139.520 Ref. 09 130.847 523.430
ADVOGADO, N/ 26	Vencimento . . . . . 383.101 Adic. 25% . . . . . 105.843 Grat. Produt. . . . . ----- Total . . . . . 488.944		510.802 – Adv. 2ª 141.125 146.759 798.686
ENGENHEIRO, N/ 26	Vencimento . . . . . 424.461 Adic. 25 + 10% . . . . . 172.798 Grat. Produt. . . . . ----- Total . . . . . 597.259		565.948 – Eng. 2ª 230.397 146.759 943.104
AGENTE FAZENDÁRIO NÍVEL 19	Vencimento . . . . . 189.736 Adic. 25% . . . . . 87.364 Rem. 2/3 . . . . . 126.478 prêmio Produt. . . . . ----- Total . . . . . 403.578		189.736 – AF-3A 87.364 Ganha 0 126.478 Pr. Prod. 97.646 501.224
AGENTE FAZENDÁRIO, NÍVEL 19 QUE POSSUA DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR			
	Vencimento . . . . . 189.736 Adic. 25 + 5% . . . . . 107.542 Rem. 2/3 . . . . . 126.478 prêmio Produt. . . . . ----- Total . . . . . 423.756		288.324 – AF-1A 163.422 192.196 97.646 741.588